

CIES e-WORKING PAPER Nº 55/2008

Testando Modelos de Operacionalização

**Uma análise exploratória de modelos de operacionalização da estrutura de classes
no quadro do European Social Survey – Round 2 (2004)**

CRISTINA ROLDÃO

CIES e-Working Papers (ISSN 1647-0893)

Av. das Forças Armadas, Edifício ISCTE, 1649-026 LISBOA, PORTUGAL, cies@iscte.pt

Cristina Roldão é investigadora no Observatório de Trajectos dos Estudantes do Ensino Secundário (OTES/GEPE - ISCTE) e no projecto “Imigrantes Idosos: Uma Nova Face da Imigração em Portugal” (CIES/ISCTE-ACIDI). É doutoranda do Programa de Doutoramento em Sociologia no ISCTE. Em 2006, foi membro da equipa de avaliação externa do Programa Escolhas 2ª Geração (CET/ISCTE). E-mail: cristinaroldao1@gmail.com

Resumo

Actualmente podem ser encontradas na sociologia portuguesa, pelo menos, três propostas distintas para a operacionalização das classes sociais: a tipologia ACM, a matriz das localizações de classe de Wright e o esquema de classes de J. Goldthorpe.

A partir de um ponto de vista estritamente estatístico, o presente trabalho tem por objectivo confrontar estes modelos em termos do tipo de distribuição classista que “desenham” e do seu potencial explicativo face a atitudes e comportamentos no domínio político.

A concretização desta análise passou pela utilização da base de dados do European Social Survey – Round 2 referente a Portugal, a partir da qual foram construídos e estatisticamente testados os referidos indicadores socioprofissionais.

Palavras-chave: classes sociais, operacionalização de modelos, tipologia ACM, esquema de J. Goldthorpe, matriz de localizações de classe de Erik Olin Wright, European Social Survey

Abstract

In Portuguese sociology at present, at least three distinct proposals for the operationalisation of social classes may be found: the ACM typology, Wright's class location matrix and J. Goldthorpe's class scheme.

On the basis of a strictly statistical position, the objective of the present paper is to compare these models in terms of the type of class distribution that they “trace out” and their explanatory potential with regard to attitudes and behaviours in the political field.

The implementation of this analysis included use of the database for the European Social Survey – Round 2, as regards Portugal, on the basis of which the socio-occupational indicators mentioned above were constructed and statistically tested.

Key-words: social classes, operationalisation of models, ACM typology, J. Goldthorpe's scheme, Erik Olin Wright's class location matrix, European Social Survey

Introdução

O presente trabalho tem por objectivo confrontar alguns dos contributos contemporâneos no âmbito da operacionalização da análise de classes em Portugal, nomeadamente a tipologia ACM, a matriz das localizações de classe de Wright e o esquema de classes de J. Goldthorpe.¹

Este exercício, em que se pretende analisar, de um ponto de vista estritamente estatístico, a capacidade explicativa e a proximidade/distância entre esses contributos, consiste numa análise exploratória da estratégia e resultados destas propostas de operacionalização dos lugares de classe. Assim, não serão aqui discutidas aprofundadamente as formulações teóricas que subjazem a cada um dos modelos nem a capacidade de os indicadores “expressarem” as dimensões analíticas para as quais remetem, mas os resultados das formas encontradas para a operacionalização da estrutura de classes e a capacidade explicativa dos indicadores socioprofissionais criados.

Para a concretização deste exercício recorreu-se à base de dados do European Social Survey – Round 2 (ESS-R2) referente a Portugal, onde se pode encontrar uma amostra representativa da população portuguesa e um conjunto mínimo de variáveis necessárias à operacionalização dos modelos em estudo.² Assim, para uma mesma base de dados foram construídos os três indicadores de localização de classe, permitindo uma comparação entre as diferentes propostas.

Com estas ferramentas poder-se-iam desenvolver inúmeras vertentes exploratórias, no entanto optou-se por balizar este exercício a partir de duas questões de base.

¹ Esta análise exploratória só foi possível com o apoio do ICS, através de Cátia Nunes, que cedeu informação importante para a construção das sintaxes de SPSS para a proposta de Manuel Villaverde Cabral (modelo de Goldthorpe) e de João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado (modelo ACM). Cabe agradecer também o apoio de José Manuel de Oliveira Mendes, na elucidação de algumas questões relativas à operacionalização do modelo proposto pela sua equipa (modelo de Wright).

² Durante a fase inicial de desenvolvimento deste trabalho tinha-se por objectivo utilizar a base de dados mais recente do European Social Survey (Round 3 – 2006), no entanto verificou-se que, aplicando os mesmos procedimentos de operacionalização dos referidos modelos se chegava a distribuições de classe excessivamente divergentes consoante se utilizasse a referida base de dados ou aquelas construídas nos *rounds* anteriores. A discrepância da distribuição de classes do Round 3 (2006) face às anteriores (Almeida, Machado e Costa, 2006; Cabral, 2006; Costa *et al.*, 2000) consistia num “desenflacionamento” do “topo” e num incremento da base da estrutura de classes, algo que conduziu a que se considerasse mais adequado trabalhar com o Round 2 (2004). Este desfazamento tornou-se particularmente evidente no caso da tipologia ACM e do modelo de Goldthorpe (ver anexo 1).

Pelo que se pôde apurar, através do grupo responsável pelo European Social Survey em Portugal, a diferença entre a estrutura de classes obtida no Round 3 e a dos restantes poderá dever-se à existência nesse *round* de um processo diferente de validação da base de dados, nomeadamente ao nível da classificação das profissões, assim como poderá estar relacionada com problemas ao nível da amostra inquirida.

Uma tem que ver com o perfil das distribuições populacionais que resultam de cada uma das estratégias de operacionalização, tentando-se identificar as diferenças entre estas no que diz respeito às “arquitecturas” finais que delas resultam.

A segunda prende-se com o poder explicativo dos modelos, isto é, com tentar perceber se existem diferenças assinaláveis em termos de capacidade e intensidade explicativa dos modelos em análise. A concretização deste passo centrou-se em testes estatísticos de independência e medidas de associação (Kruskall-Wallis/qui-quadrado e coeficiente eta/V de Cramer) aplicados à relação entre cada um dos modelos e às diferentes variáveis do ESS-R2 relacionadas com o domínio político.

I – Modelos de operacionalização da estrutura de classes

1.1 – Tipologia ACM

Ao longo dos últimos 20 anos, João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado têm vindo a desenvolver, com o contributo de outros investigadores, um modelo de operacionalização de classes para a sociedade portuguesa³ baseado, fundamentalmente, nos contributos teórico-metodológicos de Nicos Poulantzas, Erik O. Wright, Anthony Giddens, Daniel Berteaux e Pierre Bourdieu – tipologia ACM.⁴

A operacionalização da estrutura de classes desenvolvida por esta equipa parte da combinação de uma dimensão económica/profissional e de uma dimensão cultural/simbólica (Costa, Machado e Almeida, 1990; Machado *et al.*, 2003). No presente trabalho atender-se-á somente à primeira dimensão e, dentro desta, apenas à análise do indicador socioprofissional (tipologia ACM), ficando, portanto, de fora o indicador socioeducacional, questão que não fica totalmente a descoberto, assim

³ Esta equipa consolida-se no quadro da docência dos referidos investigadores na disciplina de Sociologia das Classes Sociais e Estratificação leccionada no ISCTE, e enquanto membros do projecto “Estudantes universitários: classes sociais e representações”, desenvolvido pelo CIES-ISCTE. Este projecto encontrava-se então articulado com uma iniciativa do ICS-UL denominada “As classes médias urbanas em Portugal: recomposição social e mudança cultural” (Almeida, Costa e Machado, 1988; Costa, Machado e Almeida, 1990). Desde essa altura até hoje esta equipa tem publicado um número considerável de artigos onde apresenta e discute a tipologia ACM, nomeadamente: “Famílias, estudantes e universidades – painéis de observação sociográfica” (1988); “Identidades e orientações dos estudantes – classes, convergências, especificidades” (1989); “Estudantes e amigos: trajectórias de classe e redes de sociabilidade” (1990); “Classes sociais na Europa” (2000); “Classes sociais e estudantes universitários: origens, oportunidades e orientações” (2003); “Social classes and values in Europe” (2006).

⁴ A denominação “ACM” resulta das iniciais de Almeida, Costa e Machado (Machado *et al.*, 2003; Almeida, Machado e Costa, 2006).

como a questão da autoridade organizacional, com a utilização do referido indicador socioprofissional (Costa, 1999).

A tipologia ACM resulta da combinação de dois critérios essenciais, a profissão (CNP-94/ISCO-88)⁵ e a situação na profissão.⁶ Da combinação dessas variáveis surge uma matriz de 7 lugares de classe e fracções de classe (quadro 1), cujas denominações têm vindo a sofrer algumas alterações, tendo-se optado por utilizar aqui a terminologia adoptada pelos autores nos últimos anos (Costa, 1999; Costa *et al.*, 1990; Machado *et al.*, 2003).

Cabe referir que, neste modelo, a variável profissão, codificada segundo a CNP-94/ISCO-88, é entendida enquanto instrumento de análise capaz de dar resposta às dimensões acima referidas, na medida em que “estão presentes, mais explícita ou mais implicitamente, dimensões analíticas como: a posição nas relações de produção (cujo indicador principal é a situação na profissão), a dimensão da empresa ou organização (com indicador próprio), a especialidade profissional, o tipo e nível de qualificações, a posição na hierarquia organizacional e, mais parcelarmente ou mais indirectamente, o sector de actividade e o status social da profissão” (Lima, Dores e Costa, 1991: 55).

⁵ Apesar de no ESS não ser utilizada a classificação de profissões baseada na CNP-94 (Classificação Nacional de Profissões), sobre a qual assenta a tipologia ACM, considerou-se que a classificação disponível, ISCO-88 (International Standard Classification of Occupations), não criava dificuldades em termos da sua compatibilidade com a referida matriz, na medida em que a classificação nacional se baseia fundamentalmente nas categorias e procedimentos do referido sistema internacional (IEFP, 1994)

⁶ A operacionalização deste modelo tem algumas semelhanças, no que diz respeito às variáveis seleccionadas e sua combinação, com o utilizado por João Ferrão, em trabalhos como aquele publicado na *Análise Social* em 1985, “Recomposição social e estruturas regionais de classe, 1970-1981” (Almeida, Costa e Machado, 1988). Cabe referir ainda que, para além das variáveis de base – “situação na profissão” e “profissão” –, os autores referem utilizar outras (no artigo de 1988 essa chamada de atenção é bastante clara, ainda que nos anos subsequentes esse aspecto da operacionalização tenha vindo a perder alguma visibilidade), com um carácter de controlo. No caso da “situação na profissão” (categoria “patrões”), o número de familiares e não familiares trabalhadores na empresa e, no caso da profissão, a “escolaridade”, a “posição hierárquica” e o “ramo de actividade”. No presente exercício essas medidas de controlo não serão utilizadas, pelo que não se pode garantir que os resultados obtidos sejam iguais àqueles que a referida equipa poderia obter.

**Quadro 1 – Tipologia ACM: matriz de construção do indicador
socioprofissional individual**

Grupos profissionais (CNP-94)	Situação na profissão		
	Patrões	Trabalhadores por conta própria e trabalhadores familiares	Trabalhadores por conta de outrem
GP 1 – Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresa	EDL	EDL	EDL
GP 2 – Especialistas das profissões intelectuais e científicas	EDL	EDL	PTE
GP 3 – Técnicos e profissionais de nível intermédio	EDL	EDL	PTE
GP 4 – Pessoal administrativo e similares	EDL	TI	EE
GP 5 – Pessoal dos serviços e vendedores	EDL	TI	EE
GP 6 – Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	EDL	AI	AA
GP 7 – Operários, artífices e trabalhadores similares	EDL	TI	OI
GP 8 – Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	EDL	TI	OI
GP 9.1 – Trabalhadores não qualificados dos serviços e comércio	EDL	TI	EE
GP 9.2 – Trabalhadores não qualificados da agricultura e pescas	EDL	AI	AA
GP 9.3 – Trabalhadores não qualificados das minas, da construção civil e obras públicas, da indústria transformadora e dos transportes	EDL	TI	OI

EDL – empresários, dirigentes e profissionais liberais; PTE – profissionais técnicos e de enquadramento; TI – trabalhadores independentes; AI – agricultores independentes; EE – empregados executantes; AA – assalariados agrícolas; O – operários industriais.

1.2 - Esquema de classes de J. Goldthorpe

No quadro de um estudo sobre a mobilidade social em Portugal, Manuel Villaverde Cabral (1998) aplica o esquema de classes de Goldthorpe. Entre 2004 e 2006 retorna a esse modelo, aplicando-o aos dados obtidos através do European Social Survey – Round 1 (ESS-R1) no âmbito da análise das diferenças de classe quanto às atitudes face à cidadania política.

A proposta de Goldthorpe, apesar de se tentar manter afastada das discussões teóricas que ainda atravessam o campo da sociologia das classes e de assumir o primado da operacionalidade dos conceitos, retém dimensões analíticas, de origem weberiana e

marxista, que se encontram consolidadas na análise das classes sociais.⁷ Este é o caso da propriedade dos meios de produção, da dimensão da empresa e da oposição entre trabalho manual e não manual (Cabral, 1998). Cabe acrescentar que, apesar de serem estes os eixos principalmente assumidos, ao ser analisada a forma como a tipologia é construída e a descrição das diferenças entre categorias (Goldthorpe e Erikson, 1993), denota-se a atenção dada a critérios como o nível de qualificações ou o grau de autoridade e de autonomia associado às profissões.

Entre o modelo original e o proposto por Manuel Villaverde Cabral existem algumas diferenças, em termos do número de categorias (originalmente 11, sendo possíveis agregações de 7, 5 e 3 categorias e, na versão adaptada, 6) e da terminologia utilizada (a nomenclatura proposta pelo investigador português aproxima-se mais da taxinomia marxista).⁸ Poder-se-ia, no presente exercício, ter tentado restituir o esquema original de Goldthorpe, todavia, fazendo essa opção não se estaria a cumprir o objectivo de comparar as propostas nacionais de análise de classes (ver anexo 2).

No modelo operatório adaptado as variáveis de base são a “situação na profissão” e a “profissão” (CNP-94/ISCO-88). As semelhanças entre este modelo e a tipologia ACM são grandes, no tipo de variáveis seleccionadas, mantendo-se os modelos distintos na forma como as combinam e no reconhecimento da pluridimensionalidade coberta pela CNP-94, isto é, neste modelo a variável “profissão” dá resposta à distinção entre trabalho manual e não manual, à dimensão das qualificações profissionais, às questões da autoridade e da autonomia nas relações de trabalho, não sendo incluídos, como acontece no modelo de Wright que a seguir se apresentará, indicadores “directos” do nível de escolaridade concluído, das relações de autoridade (gestão e supervisão) e de autonomia.

⁷ “The concept of class is a notoriously contested one. Our position in the face of this difficulty is the following. We take the view that concepts – like all other ideas – should be judged by their consequences, not by their antecedents. Thus, we have little interest in arguments about class that are of a merely doctrinal nature. [...] We have drawn on ideas, whatever their source, that appeared to us helpful in forming class categories capable of displaying the salient features of mobility among the populations of modern industrial societies” (Goldthorpe e Erikson, 1993: 35).

⁸ Para uma análise mais aprofundada da proposta original, consultar *The Constant Flux: A Study of Class Mobility in Industrial Societies* (Goldthorpe e Erikson, 1993) e *Social Mobility and Class Structure in Modern Britain* (Goldthorpe, 1980).

Quadro 2 – Esquema de classes de J. Goldthorpe (Cabral, 2006)⁹

Grupos profissionais (CNP-94)	Situação na profissão		
	Patrões	Trabalhadores por c. própria e trabalhadores familiares	Trabalhadores por c. de outrem
GP 1 (excepto Sub-GP 1.3): Quadros superiores da administração pública e dirigentes de empresa	B	B	B
Sub-GP 1.3 e GP 2 (excepto Sub-GP 2.3): Directores e gerentes de pequenas empresas Especialistas das profissões científicas (Sub-GP 2.1, 2.2 e 2.4)	B	B	NBA
Sub-GP 2.3 e GP 3: Docentes do ensino secundário, superior e profissões similares Técnicos e profissionais de nível intermédio	PBT	TI	NBA
GP 4, GP 5 e Sub-GP 9.1: Pessoal administrativo e similares Pessoal dos serviços e vendedores Trabalhadores não qualificados dos serviços e comércio	PBT	TI	SNM
GP 6: Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas	PBT	TI	SM
GP 7, GP 8, Sub-GP 9.1 e 9.2: Operários, artífices e trabalhadores similares Operadores de instalações e máquinas e trab. da montagem Trabalhadores não qualificados da agricultura e pescas Trabalhadores não qualificados das minas, construção civil e obras públicas, indústria transformadora e transportes	PBT	PBT	SM

B – burguesia; NBA – nova burguesia assalariada; PBT – pequena burguesia tradicional; TI – trabalhadores independentes; SNM – salariado não manual; SM – salariado manual.

⁹ A combinação entre variáveis e respectivas categorias resultantes dessas combinações foram inspiradas em sintaxes de SPSS utilizadas por Manuel Villaverde Cabral (2006), aquando da análise dos dados do ESS-R1. Cabe referir, ainda, que a matriz aqui apresentada resulta da interpretação e reconstrução dessas sintaxes e que, portanto, poderá conter algumas diferenças face àquilo que era a proposta inicial do autor.

1.3 - Matriz de localizações de classe de Erick O. Wright

Em 1992, Elísio Estanque e José Manuel de Oliveira Mendes participam, através do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra,¹⁰ no projecto de investigação internacional Class Structure and Class Consciousness, liderado por Erik Olin Wright (Estanque e Mendes, 1998). A partir dessa parceria consolidou-se, no contexto da sociologia das classes e estratificação social portuguesa, o modelo de operacionalização dos lugares de classe proposto por Wright.

Este modelo parte de três dimensões analíticas de base, que correspondem a tipos de relações de exploração distintos: relações de exploração com base na propriedade dos meios de produção; relações de exploração com base nos recursos organizacionais ou, dito de outra forma, com base nas relações de autoridade/controlo; e relações de exploração resultantes dos recursos em qualificações/credenciais (Estanque e Mendes, 1998; Estanque, 2000).

Na medida em que se pretende aplicar este modelo aos dados do ESS (algo já realizado por Leiulfsrud *et al.* em 2005), foi necessário, em algumas situações, procurar as variáveis que maiores semelhanças apresentavam face à proposta original deste modelo. Assim, para a operacionalização de cada uma destas dimensões socorreu-se, no caso da primeira, de variáveis como a “situação na profissão” e o “número de empregados”; na segunda, onde se pretende “objectivar” o lugar dos indivíduos nas relações de autoridade/controlo, consideraram-se adequadas as variáveis resultantes das questões: “No seu trabalho principal tem/teve alguma responsabilidade de supervisão do trabalho de outras pessoas?” (supervisão), “Qual o grau de influência que tem sobre as decisões relativas à actividade da organização onde trabalha/trabalhava?” (gestão) e “Qual o grau de influência que tem sobre a organização do seu dia-a-dia de trabalho?” (autonomia); e, por último, variáveis como o “nível de escolaridade concluído”¹¹ e a “profissão” (CNP-94/ISCO-88).

¹⁰ No quadro desta equipa serão desenvolvidos diversos trabalhos no âmbito das classes sociais, nomeadamente: “As classes sociais na sociedade portuguesa: um estudo apoiado no modelo de Erik Olin Wright” (1997); “Classes e desigualdades sociais em Portugal” (1997); “Mobilidade social em Portugal: o papel da diferença sexual e das qualificações” (1997); “Entre a fábrica e a comunidade: subjectividades e práticas de classe no operariado do calçado” (2000).

¹¹ As variáveis relativas à supervisão, gestão e autonomia encontram-se no ESS-R2 em escala de Lickert de 11 gradações, tendo sido dicotomizadas. Segundo a proposta de Leiulfsrud *et al.* (2005), a charneira deveria ser definida a partir do ponto 8, isto é, de 0 a 7 e de 8 a 10, no entanto considerou-se aqui que esse

A matriz de combinações destas variáveis é composta, na versão mais geral, por 12 localizações de classe, mas aqui utilizar-se-á a versão simplificada, de 7 localizações, construída por Elísio Estanque e José Manuel Mendes (1998) para uma amostra representativa da população portuguesa em 1995.

A forma encontrada para a operacionalização desta matriz passou pela consulta dos documentos de índole mais operatória construídos pelos autores, por uma consulta directa a essa equipa e, também, pela consulta do trabalho desenvolvido por Leiulfsrud *et al.* (2005) no âmbito do European Social Survey – Round 1 (ESS-R1), não sendo mais uma vez possível assegurar que a matriz de Wright aqui desenvolvida, seja exactamente igual àquela a que Estanque e Mendes chegariam a partir da mesma base de dados do ESS.

ponto deveria ser definido a partir do 6, isto é, aqueles com menores recursos nestas dimensões situar-se-iam entre 0 e 5, e os mais privilegiados nestes domínios entre 6 e 10.

Quadro 3 – Matriz simplificada das localizações de classe – E. O. Wright (Estanque e Mendes, 1998)

Localização de classe	Situação na profissão	Nº de empregados	Actividades de gestão	Actividades de supervisão	Ocupação (CNP-94)	Habilitações	Autonomia no trabalho
Empregadores (E)	T. conta própria	>=1					
Peq. burguesia (PB)	T. conta própria	0					
Gestores (G)	T. conta de outrem		Sim	Sim			
Supervisores (S)	T. conta de outrem		Não	Sim			
Técnicos não gestores (TNG)	T. conta de outrem		Não	Não	GP 1 – Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresa	>=12º ano	
					GP 2 – Especialistas das prof. intelectuais e científicas excepto docentes do ensino sec. e básico (2.3.2)		
Trabalhadores semiqualeificados (TSQ)	T. conta de outrem		Não	Não	GP 1 – Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresa	<12º ano	
					GP 0 – Membros das forças armadas		
					Sub-GP 2.3.2 – Docentes do ensino secundário e básico		
					GP 3 – Técnicos e profissionais de nível intermédio		
					GP 4 – Pessoal administrativo e similares	>=12º ano e autónomo	
					GP 5 – Pessoal dos serviços e vendedores	>=12º ano e autónomo	
					Sub-GP 7.3.3 – artesãos de madeira, tecido, couro e materiais similares		
Proletários (P)	T. conta de outrem		Não	Não	GP 4 – Pessoal administrativo e similares	<12º ano ou não autónomo	
					GP 5 – Pessoal dos serviços e vendedores	<12º ano ou não autónomo	
					GP 6 – Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas		
					GP 7 – Operários, artífices e trabalhadores similares (excepto 7.3.3)		
					GP 8 – Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem		
					GP 9 – Trabalhadores não qualificados		

II – Distribuições classistas e pertinência empírica dos modelos

Apesar de poderem existir diferenças de base teórica relevantes, as dimensões analíticas e o respectivo conjunto de variáveis capaz de as operacionalizar são muito semelhantes nas três propostas apresentadas, cabendo frisar a maior complexidade (em número de variáveis e combinações entre estas) de operacionalização da tipologia de Wright utilizada por Elísio Estanque e José O. Mendes. Nesse modelo denota-se uma preocupação em aferir directamente o nível de escolaridade dos inquiridos, a autonomia no trabalho e os recursos organizacionais de autoridade (poder de decisão e de supervisão), algo que se prende com o facto de Wright atribuir particular relevo a outras formas de clivagem socioeconómica para além daquelas subjacentes às relações de exploração capitalista, isto é, integrar formas de exploração organizacional e exploração por credenciais/qualificações (Breen e Rottman, 1995).

Não se quer com isto dizer que os restantes modelos não partam também destas dimensões analíticas, mas operacionalizam-nas indirectamente através do nível de qualificações e recursos organizacionais associados a determinada profissão (CNP-94).¹²

Os desfasamentos operatórios parecem resultar mais de diferenças de ênfase em determinadas dimensões do que propriamente de diferenças teóricas profundas, tendendo os três casos em análise a socorrer-se de sínteses dos quadros teóricos marxista e weberiano. Esse tronco comum é visível na centralidade da propriedade dos meios de produção e de questões como as qualificações profissionais/credenciais e os recursos de autoridade organizacional no conjunto das propostas analisadas. No entanto, as referidas diferenças de ênfase geram estratégias distintas de operacionalização dos diferentes lugares de classe.

¹² O Grande Grupo 0 – membros das forças armadas – é tomado como um grupo homogéneo, não sendo possível observar, ao nível dos dados disponíveis, as diferenças hierárquicas no seu interior, isto é, tanto no modelo ACM como no EGP, esta categoria é associada ao GG 1 – quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas –, enquanto no modelo de Wright, seguindo a proposta de operacionalização de Leifsrud *et al.* (2005), isso não acontece.

Quadro 4 – Matriz de correspondências entre os modelos ACM, de Wright e de Goldthorpe

Classes teóricas	Tipologia ACM	Matriz de Wright	Esquema de Goldthorpe
Burguesia	EDL – empresários, dirigentes e profissionais liberais	E – empregadores	B – burguesia
Pequena burguesia/ lugares contraditórios de classe	PTE – profissionais técnicos e de enquadramento TI – trabalhadores independentes AI – agricultores independentes EE – empregados executantes	PB – peq. burguesia TNG – técnicos não gestores G – gestores S – supervisores TSQ – trabalhadores semiqualeificados	NBA – nova burguesia assalariada PBT – pequena burguesia tradicional TI – trabalhadores independentes SNM – salarato não manual
Proletariado	AA – assalariados agrícolas OI – operários industriais	P – proletariado	SM – salarato manual

Para a análise dessas diferenças considerou-se pertinente comparar as classes e fracções de classe operacionalizadas nos diferentes modelos com as categorias mais abstractas – burguesia, proletariado e pequena burguesia/lugares contraditórios de classe –,¹³ a que se chamou classes teóricas, do quadro (neo)marxista, às quais todos estes modelos acabam por se reportar em maior ou menor grau (quadro 4).¹⁴

¹³ Esta categoria, que se poderá associar à ideia de “classes médias”, é aquela em que existe uma maior dificuldade em estabelecer uma correspondência directa com os modelos em análise. Por um lado, poderia ser prudente destringir a noção marxista de pequena burguesia (trabalhadores por conta própria ou patrões com um número reduzido de assalariados) dos restantes lugares “contraditórios” de classe (trabalhadores por conta de outrem com elevado poder no mercado de trabalho, através das suas qualificações, autonomia e poder de decisão na esfera produtiva) mas, por outro lado, e tendo em consideração parte dos modelos em análise, esta separação não é particularmente útil no que diz respeito ao efectivo poder associado às localizações que detêm na estrutura de produção económica das sociedades contemporâneas; assim, optou-se por considerar estas categorias conjuntamente.

¹⁴ O quadro 4 resulta de conclusões retiradas a partir de artigos e livros dos referidos autores, não sendo no entanto possível assegurar que estes estivessem de acordo com a forma como se fez corresponder as fracções de classe operacionalizadas com as classes “teóricas”. No caso da tipologia ACM, essa correspondência é realizada pelos próprios autores (Almeida, Costa e Machado, 1988). No modelo de Wright, a própria denominação das categorias operacionalizadas aponta para a sua correspondência em termos teóricos. No caso do modelo adaptado de Goldthorpe, não foram encontradas pistas claras quanto à correspondência com a concepção mais abstracta das classes. Por um lado, as denominações das categorias “burguesia” e “nova burguesia assalariada” parecem apontar para a “burguesia”, algo que de certa forma é realizado pelo autor (Cabral, 2004 e 2006), embora denominando “elites” o resultado da agregação dessas categorias; por outro lado, o modelo de Goldthorpe parte da propriedade dos meios de produção para os sucessivos desdobramentos do modelo, denotando-se a ênfase nas questões da propriedade enquanto elemento primordial na definição das desigualdades (Goldthorpe e Erikson, 1993). No que diz respeito ao “proletariado”, a situação permanece também algo ambígua, isto é, não é evidente nos trabalhos consultados que o “salarato não manual” esteja associado a essa classe teórica (no referido estudo de 2004 e 2006, Cabral compara as “elites” com o “proletariado”, enquanto salarato exclusivamente manual). Perante estas dificuldades considerou-se mais plausível não considerar a “nova burguesia assalariada” enquanto componente da “burguesia” (pela importância que a propriedade parece assumir neste modelo) e não tomar os “salaratos não manuais” como membros do “proletariado” (pela importância que a distinção entre trabalho manual e não manual tem neste modelo).

2.1 – Operacionalização da classe burguesa

No que diz respeito à definição da categoria “burguesia”, a maior diferença encontra-se entre o modelo de Wright e os restantes. Enquanto nessa proposta a “burguesia” continua muito próxima da forma como é concebida em Marx (a propriedade dos meios de produção e o assalariamento), com um enfoque particular no poder ao nível das relações de exploração na esfera produtiva, na tipologia ACM e na de Goldthorpe esta categoria abrange ainda outras formas de poder, nomeadamente aquelas que remetem para os recursos escolares/qualificações profissionais e autoridade. Assim, são integrados na “burguesia” os “quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresa” (GP 1: CNP-94) trabalhadores por conta de outrem e por conta própria sem empregados, “especialistas das profissões intelectuais e científicas” (GP 2: CNP-94) por conta própria e, somente no caso da tipologia ACM, são também nessa categoria integrados os “técnicos e profissionais de nível intermédio” (GP 3: CNP-94) que trabalhem por conta própria sem empregados.

Outra das diferenças, e desta vez entre o modelo de Goldthorpe e os restantes, reside no facto de, nos modelos de Wright e ACM, a categoria “patrões” estar directamente associada à “burguesia”, independentemente da sua profissão, enquanto no modelo adaptado de Villaverde Cabral os casos de profissionais semiqualeificados e não qualificados, proprietários dos meios de produção e “compradores” de mão-de-obra são entendidos enquanto parte da “pequena burguesia”.

Assim, em consonância com os dados obtidos (quadro 5), no caso da tipologia ACM, verifica-se uma estrutura com maior peso da “burguesia”,¹⁵ seguindo-se o modelo de Goldthorpe e o modelo de Wright.

¹⁵ Comparando os dados obtidos com aqueles apresentados pelos diferentes autores em diferentes documentos, verificam-se diferenças algo pronunciadas quanto ao peso desta categoria. Na análise do ESS-R1 (2002) desenvolvida por Almeida, Machado e Costa (2006), os EDL têm um peso de 14,1% na população portuguesa. A aplicação do modelo de Goldthorpe à mesma base de dados (Cabral, 2006) resultou na sinalização de 5,8% da população portuguesa enquanto parte da categoria “burguesia” (cerca de metade do valor encontrado na presente análise). Este desfazamento, entre os resultados obtidos e os que seria de esperar, obrigou a que se aplicassem as sintaxes aqui desenvolvidas ao ESS-R1, no sentido de se verificar se estas permitiam chegar a valores idênticos àqueles a que os referidos autores haviam chegado para a mesma base de dados. Esse teste permitiu verificar que as sintaxes construídas no presente trabalho são idênticas àquelas utilizadas pela equipa do CIES-ISCTE e por Cabral (anexo 1).

**Quadro 5 – Peso da burguesia em cada um dos modelos aplicados
ao ESS-R2, 2004 (%)**

	(EDL) Tipologia ACM	(E) Modelo de Wright	(B) Esquema de Goldthorpe
Burguesia (classe teórica)	11,6	6,4	10,4

EDL – empresários, dirigentes e profissionais liberais; E – empregadores; B – burguesia.

A distância entre a tipologia ACM e o modelo de Goldthorpe, no que diz respeito à classificação da “burguesia”, não é muito acentuada, correspondendo a quase totalidade (88,8%) da “burguesia” da tipologia ACM à mesma categoria no modelo de Goldthorpe, com os restantes EDL a serem codificados enquanto “pequena burguesia tradicional” (7,3%) e “trabalhadores independentes” (3,4%) no modelo adaptado de Manuel V. Cabral (quadro 6).

Quadro 6 – Burguesia na tipologia ACM segundo categorias de localização de classe no modelo de Goldthorpe – ESS-R2, 2004 (%)

	Categorias de localização de classe – modelo de Goldthorpe				
	Burguesia	Nova burguesia assalariada	Pequena burguesia tradicional	Trabalhadores independentes	Total
Burguesia – tipologia ACM (EDL)	88,8	0,6	7,3	3,4	100,0

Como referido anteriormente, as diferenças são por sua vez muito mais acentuadas entre as tipologias ACM e de Goldthorpe face à de Wright. Cerca de metade dos casos que compõem a “burguesia” nos primeiros modelos encontram-se situados ao nível da “pequena burguesia” (cerca de 40%) e na categoria “gestores” (cerca de 7%) no modelo de Wright (quadro 7).

Quadro 7 – Burguesia na tipologia ACM e de Goldthorpe segundo categorias de localização de classe no modelo de Wright – ESS-R2, 2004 (%)

	Categorias de localização de classe – modelo de Wright						Total
	Empregadores	Pequena burguesia	Gestores	Supervisores	Técnicos não gestores	Trabalhadores semiquualificados	
Burguesia – tipologia ACM (EDL)	51,7	37,6	6,7	2,8	0,6	0,6	100,0
Burguesia modelo de Goldthorpe	50,0	38,6	7,0	3,2	0,6	0,6	100,0

2.2 – Operacionalização da classe e fracções da classe proletária

O “operariado”, enquanto classe teórica, é operacionalizado de forma bastante semelhante entre os diferentes modelos, isto é, corresponde aos assalariados do sector da agricultura e da indústria, embora no modelo de Wright sejam também aqui incluídas situações relativas a trabalhadores não qualificados ou não autónomos do sector dos serviços, situações que, no caso da tipologia ACM, tendem a estar na categoria dos “empregados executantes” e, no modelo Goldthorpe, no “salariato não manual” (quadro 8), ou seja, existe nestes últimos modelos, não só a necessidade de distinguir dentro do trabalho assalariado pouco qualificado aquele que é não manual do manual, como se considera que o primeiro caso está mais próximo da “pequena burguesia” do que do “proletariado”.¹⁶

¹⁶ “In contrast to authors such as Wright (1997), who recommends merging the two into a whole that would correspond to the proletariat of advanced capitalist societies, this paper endorses the total relevance of the analytical separation between them, in line with our earlier work. If it is truth that the two categories are close to each other, in that both aggregate socio-occupational positions of subordination, implementation and routine, there is much more that sets them apart. There are differences in the specific content of the tasks performed, the relational contexts that surround them and the class identities of their members.

“Furthermore, the quantitative development of the two class categories has been emitting opposite signals until very recently. The continued decline in IW [industrial workers/operários] numbers was accompanied by a regular increase in RE [routine employees/empregados executantes] figures, which themselves only began to fall, in relative terms, a few years ago (Costa *et al.*, 2000; Mauritti, Martins and Costa, 2004). The final significant difference between the IW and RE categories relates to their gender composition, which is mainly masculine in the first and feminine in the second.” (Almeida, Machado e Costa, 2006: 100-101)

Quadros 8 – Proletariado no modelo de Wright segundo categorias de localização de classe na tipologia ACM e de Goldthorpe – ESS-R2, 2004 (%)

	Categorias de Localização de Classe – Tipologia ACM e Modelo de Goldthorpe		
	Empregados Executantes (tipologia ACM) ou Salariato Não Manual (modelo de Goldthorpe)	Operários I. + Assalariados Agrícolas (tipologia ACM) ou Salariato Manual (modelo de Goldthorpe)	Total
Proletários Modelo de Wright	51,9	48,1	100,0

Daqui resulta, como revela o quadro 9, que o modelo de Wright desenvolvido tenda a apresentar uma estrutura bastante mais “proletarizada” que nos restantes,¹⁷ cabendo também referir a completa sobreposição entre a categoria “salariato não manual” de Goldthorpe e o “proletariado” (“operários industriais” e “assalariados agrícolas”) na perspectiva do modelo ACM.

¹⁷ “Assinale-se, para encerrar este ponto, que o estudo por nós desenvolvido sobre as classes sociais em Portugal, apoiado no modelo de Wright, não obstante algumas dificuldades operacionais que também levantou, dá visibilidade a situações de classe concebidas directamente a partir dos recursos efectivos dos indivíduos (propriedade dos meios de produção/compra ou venda de força de trabalho; recursos educacionais; e recursos organizacionais/autoridade na esfera laboral) e daí o facto – do nosso ponto de vista bastante pertinente – de, por exemplo, muitas das posições de classe que, segundo o modelo de análise a que nos vimos reportando [tipologia ACM], são incluídas na fracção da pequena burguesia de execução (para dar apenas um exemplo flagrante) aparecem no nosso estudo a integrar a categoria dos proletários [...]. É que, para nós, o modelo de Wright, apesar das suas limitações, presta-se mais a uma análise das clivagens e fragmentações classistas que têm vindo a ocorrer nas sociedades actuais.” (Estanque e Mendes, 1999: 183)

Por outro lado, a equipa do CIES-ISCTE defende que a tipologia de Wright tem problemas no que diz respeito a “insuficiências quanto às dimensões de análise e respectivas consequências nas categorias classificatórias da tipologia W. Para ir directamente a estas últimas, é fácil verificar que essa tipologia de lugares de classe é excessivamente desagregada nas “classes médias” e excessivamente agregada nas “classes populares” (Machado *et al.*, 2003: 50).

Quadro 9 – Peso do proletariado em cada um dos modelos aplicados à base de dados ESS-R2, 2004 (%)

	(OI + AA) Tipologia ACM	(O) Modelo de Wright	(SM) Esquema de Goldthorpe
Proletariado (classe teórica)	30,7	59, 7 ¹⁸	30,7

OI + AA – operariado industrial e assalariados agrícolas; O – operariado; SM – salariado manual

2.3 – Operacionalização da pequena burguesia e lugares contraditórios de classe

Por último, cabe explorar as diferentes estratégias seguidas em cada um dos modelos na operacionalização da pequena burguesia/lugares contraditórios de classe.

Denota-se a existência de fortes semelhanças, entre a estratégia seguida no modelo de Goldthorpe e na tipologia ACM, especialmente visível na quase completa sobreposição entre as classificações dos trabalhadores por conta de outrem altamente qualificados (profissionais técnicos e de enquadramento e nova burguesia assalariada) e semiqualeificados/não qualificados do sector dos serviços (empregados executantes e salariado não manual) (quadro 10).

¹⁸ Este valor é bastante superior aos obtidos nos restantes modelos e também superior aos resultados obtidos por Estanque e Mendes (1998) e Leiulfsrud *et al.* (2005). Trata-se com certeza da existência de alguns desfasamentos entre os procedimentos de operacionalização efectuados e aqueles desenvolvidos pelos referidos autores (anexo 1).

Quadro 10 – Análise comparativa da tipologia ACM e modelo de Goldthorpe face às categorias que compõem a pequena burguesia/lugares de classe contraditórios em cada um dos modelos – ESS-R2, 2004

Modelo de Goldthorpe	Tipologia ACM					Total
	EDL	PTE	TI	AI	EE	
NBA	1	213	-	-	-	214
PBT	13	-	29	2	-	44
SNM	-	-	-	-	554	554
TI	6	-	35	52	-	93
Total	179	213	64	54	554	1064

EDL – empresários, dirigentes e profissionais liberais; PTE – profissionais técnicos e de enquadramento; TI – trabalhadores independentes; AI – agricultores independentes; EE – empregados executantes; NBA – nova burguesia assalariada; PBT – pequena burguesia tradicional; SNM – salariado não manual; TI – trabalhadores independentes.

Ainda assim, subsistem alguns desfasamentos, que decorrem da classificação dos trabalhadores não assalariados, nomeadamente na classificação dos empregadores. Na tipologia ACM, como referido anteriormente, estes casos são directamente classificados como “burguesia”, enquanto no modelo de Goldthorpe parte dos patrões (em profissões semiqualeficadas e não qualificadas) são encaminhados para a “pequena burguesia tradicional”.

É na comparação entre o modelo de Wright e os restantes que se irão encontrar as maiores dissemelhanças. Como referido anteriormente, os casos de trabalhadores por conta de outrem em profissões semiqualeficadas e não qualificadas do sector dos serviços encontram-se, na tipologia ACM e de Goldthorpe, incluídas na “pequena burguesia”, enquanto na proposta de Wright este segmento se encontra incluído no “operariado”, algo que fará com que a parte intermédia da estrutura surja, neste modelo, com menor expressão (quadro 11).

Quadro 11 – Peso da pequena burguesia em cada um dos modelos aplicados à base de dados ESS-R2, 2004 (%)

	(PTE+TI+AI+EE) ACM	(PB+G+S+TNG+TSQ) Wright	(NBA+PBT+TI+SNM) Esquema de Goldthorpe
Pequena burguesia / lugares contraditórios de classe (classe teórica)	57,36	33,9	58,9

PTE+TI+AI+EE – profissionais técnicos e de enquadramento, trabalhadores independentes, agricultores independentes e empregados executantes; PB+G+S+TNG+TSQ – pequena burguesia, gestores, supervisores, técnicos não gestores e técnicos semiqualeificados; NBA+PBT+TI+SNM – nova burguesia assalariada, pequena burguesia tradicional, trabalhadores independentes e salariedade não manual.

Interessa ainda perceber de que forma as fracções de classe intermédias operacionalizadas no modelo de Wright se articulam com os outros modelos em análise, em especial as fracções de classe de certa forma inovadoras no conjunto dos modelos, como é o caso da categoria “gestores” e “supervisores” (quadros 12 e 13).

Quadro 12 – Pequena burguesia/lugares contraditórios de classe no modelo de Wright segundo a tipologia ACM – ESS-R2, 2004

Tipologia ACM	Pequena burguesia/lugares contraditórios de classe no modelo de Wright					Total
	PB	G	S	TNG	TSQ	
EDL	67	12	5	1	1	86
PTE	-	50	18	26	86	180
TI	64	-	-	-	-	64
AI	54	-	-	-	-	54
EE	-	28	21	-	19	68
OI	-	9	23	-	-	32
AA	-	-	1	-	-	1
Total	185	99	68	27	106	485

PB – pequena burguesia; G – gestores; S – supervisores; TNG – técnicos não gestores; TSQ – técnicos semiqualeificados; EDL – empresários, dirigentes e profissionais liberais; PTE – profissionais técnicos e de enquadramento; TI – trabalhadores independentes; AI – agricultores independentes; EE – empregados executantes; OI – operários industriais; AA – assalariados agrícolas

Quadro 13 – Pequena burguesia/lugares contraditórios de classe no modelo de Wright segundo o modelo de Goldthorpe - ESS-R2, 2004

Modelo de Goldthorpe	Pequena burguesia/lugares contraditórios de classe no modelo de Wright					Total
	PB	G	S	TNG	TSQ	
B	61	11	5	1	1	79
NBA	-	51	18	26	86	181
PBT	31	-	-	-	-	31
SNM	-	28	21	-	19	68
TI	93	-	-	-	-	93
SM	-	10	24	-	-	34
Total	185	100	68	27	106	486

PB – pequena burguesia; G – gestores; S – supervisores; TNG – técnicos não gestores; TSQ – técnicos semiqualeificados; B – burguesia; NBA – nova burguesia assalariada; PBT – pequena burguesia tradicional; SNM – salaríado não manual; TI – trabalhadores independentes; SM – salaríado manual.

Uma das maiores clivagens é visível no facto de parte dos casos classificados enquanto “pequena burguesia” na proposta de Wright se encontrarem associados à “burguesia” no modelo de Goldthorpe e ACM, o que remete, como se tem vindo a observar, para a maior “restrição” dessa categoria ao critério da propriedade e do assalariamento no modelo de Wright.

Os “gestores” e “supervisores” correspondem a localizações privilegiadas em termos de recursos organizacionais, pelo que se poderia esperar que surgissem associados aos assalariados classificados nas categorias “empresários, dirigentes e profissionais liberais” (ACM) ou “burguesia” (Goldthorpe) e, como aliás se verificou, associados aos “profissionais técnicos e de enquadramento” (ACM) e à “nova burguesia assalariada” (Goldthorpe). No entanto, poder-se-á considerar menos linear a associação entre a “pequena burguesia/lugares contraditórios de classe” do modelo de Wright e os “operários industriais” (ACM) e “salaríado manual” (Goldthorpe).

As categorias “técnicos não gestores” e “trabalhadores semiqualeificados” do modelo de Wright surgem também associadas, como seria de esperar, aos “profissionais técnicos e de enquadramento” (ACM) e à “nova burguesia assalariada” (Goldthorpe).

2.4 – Pertinência empírica dos modelos: capacidade e intensidade explicativa

Após a análise comparativa das distribuições classistas a que cada um dos modelos permite chegar, interessa aferir da pertinência “empírica” das opções operatórias tomadas nessas propostas. Um indicador da pertinência empírica é a capacidade explicativa desses modelos, ou seja, o grau de homogeneidade interna e heterogeneidade externa dos subgrupos criados (classes e fracções de classe) face a determinado comportamento/atitude/posicionamento.

Optou-se aqui por analisar a relação entre cada um dos modelos de operacionalização das classes sociais e o domínio específico das práticas e valores políticos,¹⁹ nomeadamente através das variáveis “tempo dedicado a ver notícias ou programas acerca de política e assuntos de actualidade na televisão”, “tempo dedicado a ler sobre política e assuntos de actualidade nos jornais”, “dificuldade na compreensão dos assuntos políticos”, “dificuldade na tomada de posição política”, “grau de interesse pela política”, “índice de confiança política”,²⁰ “índice de mobilização política”,²¹ “participação nas últimas eleições nacionais” e “posicionamento político esquerda-direita”.

Todos os modelos em análise revelaram relações estatisticamente significativas com as variáveis em estudo ($p \leq 0,001$). No entanto, o grau de associação subjacente a essas relações revelou-se fraco ou muito fraco na maior parte das situações (coeficiente de η^2/V de Cramer $< 0,2$), algo somente invertido no caso do “grau de interesse pela política” (coeficiente de $\eta^2 \simeq 0,3$). Apesar de uma grande similitude, é possível tecer algumas considerações sobre as diferenças ao nível da capacidade explicativa dos modelos (quadro 14).

Nas questões relacionadas com o tempo despendido com meios de comunicação social em assuntos relacionados com política, assim como na questão relativa ao grau de

¹⁹ A escolha desta temática, em detrimento de outras trabalhadas pelo ESS-R2, prendeu-se com o facto de este ser um domínio no qual o conjunto de modelos em análise já foi aplicado (Estanque e Mendes, 1998; Cabral, 2004; 2006; Almeida, Machado e Costa, 2006).

²⁰ A construção do índice de confiança política partiu da combinação de um conjunto de variáveis ordinais (passíveis de serem tratadas como quantitativas) tematicamente relacionadas e cuja articulação se revelou estatisticamente consistente (alfa de Cronbach = 0,856). As variáveis em questão são o grau de confiança no Parlamento nacional, no sistema legal, na polícia, nos políticos, nos partidos políticos, no Parlamento Europeu e nas Nações Unidas.

²¹ O índice de mobilização política é construído a partir de uma combinação temática de variáveis relacionadas com a pertença a um partido político, trabalho desenvolvido num partido político ou movimento cívico (últimos 12 meses), trabalho desenvolvido em outros grupos ou associações (últimos 12 meses), uso de emblema autocolante de campanha/movimento (últimos 12 meses), contacto com políticos ou representantes do governo (últimos 12 meses), assinatura de petição (últimos 12 meses), boicote de determinados produtos (últimos 12 meses) e participação em manifestações (últimos 12 meses).

interesse pela política em geral, o modelo adaptado de Wright é aquele em que o grau de associação se revela mais forte.

No entanto, na maior parte das situações testadas, compreensão e tomada de posição política, participação eleitoral, posicionamento político “esquerda-direita”, “índices de confiança e mobilização política”, é a tipologia ACM que revela maior vantagem, ainda que ligeira, em termos da intensidade da associação, encontrando-se o modelo de Wright na situação oposta.

Por sua vez, o modelo adaptado de Goldthorpe revela na maior parte das situações uma menor pertinência empírica, obtendo mais frequentemente resultados comparativamente mais frágeis.

**Quadro 14 – Capacidade e intensidade explicativa dos modelos em análise,
ESS-R2 (2004)**

	Tipologia ACM (7 Categorias)	Esquema de Goldthorpe (6 Categorias)	Modelo de Wright (7 Categorias)
Tempo dedicado a ver notícias ou programas acerca de política e assuntos de actualidade na Televisão.	K-W(6)=60,466 p<0,001 C. Eta =0,191	K-W(5)=52,373 p<0,001 C. Eta =0,186	K-W(6)=59,080 p<0,001 C. Eta =0,203
Tempo dedicado a ler sobre política e assuntos de actualidade nos jornais.	K-W(6)=38,586 p<0,001 C. Eta = 0,178	K-W(5)=35,617 p<0,001 C. Eta =0,175	K-W(6)=43,151 p<0,001 C. Eta =0,230
Dificuldade na compreensão dos assuntos políticos.	Qui-Quadrado (24)= 140,592 p<0,001 V de Cramer =0,152	Qui-Quadrado (20)= 115,351 p<0,001 V de Cramer =0,138	Qui-Quadrado (24)= 104,640 p<0,001 V de Cramer =0,136
Dificuldade na tomada de posição face aos assuntos políticos.	Qui-Quadrado (24)= 153,916 p<0,001 V de Cramer =0,161	Qui-Quadrado (20)= 98,942 p<0,001 V de Cramer =0,129	Qui-Quadrado (24)= 121,162 p<0,001 V de Cramer = 0,147
Grau de interesse pela política.	K-W(6)=136,039 p<0,001 C. Eta =0,289	K-W(5)=128,093 p<0,001 C. Eta =0,279	K-W(6)=125,562 p<0,001 C. Eta =0,292
Índice de Confiança Política.	K-W(6)=28,821 p<0,001 C. Eta =0,151	K-W(5)=22,105 p<0,001 C. Eta =0,136	K-W(6)=21,407 p=0,002 C. Eta =0,141
Índice de Mobilização Política	K-W(6)=55,896 p<0,001 C. Eta =0,153	K-W(5)=50,615 p<0,001 C. Eta =0,140	K-W(6)=36,050 p<0,001 C. Eta =0,121
Participação nas últimas eleições nacionais.	Qui-Quadrado (12)= 50,250 p<0,001 V de Cramer = 0,129	Qui-Quadrado (10)= 45,390 p<0,001 V de Cramer = 0,122	Qui-Quadrado (12)= 34,602 p=0,001 V de Cramer = 0,111
Posicionamento Centro-Direita.	K-W(6)=47,064 p<0,001 C. Eta =0,188	K-W(5)=31,022 p<0,001 C. Eta =0,157	K-W(6)=28,614 p<0,001 C. Eta =0,154

III – Apontamentos finais

Um dos maiores desafios do presente trabalho prendeu-se com a “decifração” dos procedimentos operatórios de cada um dos modelos em análise. Esta operação, apesar de enriquecedora, não obteve o mesmo grau de certeza nos diferentes modelos, o que desde logo coloca algumas restrições às conclusões que é possível retirar dos resultados obtidos.

A tipologia ACM é aquela onde se prevê ter existido uma maior capacidade de aproximação à proposta dos autores, sendo o modelo de Wright e o de Goldthorpe aqueles onde, por diferentes motivos (maior complexidade dos modelos, menor informação sobre os procedimentos operatórios, maior exigência ao nível do esforço de adaptação de modelos internacionais à realidade portuguesa), os procedimentos pareceram menos seguros. Apesar destas diferenças (que são inerentes a este tipo de exercícios), considerou-se que continuava a ser válida uma análise comparativa das distribuições obtidas e, ainda que com maiores limitações, uma análise da capacidade explicativa destes.

Outro dos desafios levantados neste exercício prendeu-se com o esforço de certificar a validade das bases de dados do ESS. Como referido anteriormente, no início pretendia-se analisar os dados do Round 3 (2006), algo que acabou por, após várias tentativas de operacionalização dos referidos modelos e da comparação entre os resultados obtidos e aqueles que seriam os esperados, se revelar menos adequado. Apesar desta “retracção” (o não avanço para os dados mais recentes), foi um trabalho útil no que diz respeito a uma aprendizagem crítica, isto é, um trabalho que conduziu ao questionamento deste tipo de recolha extensiva naquilo que é o seu desenrolar quotidiano (a forma como os entrevistadores procuraram os inquiridos, como e quem codificou as profissões, como se processou a passagem dos questionários em papel para as variáveis na base de dados, etc.).

A análise comparativa das distribuições de classe, resultantes de cada um dos mapas propostos, revela a existência de algumas diferenças (teóricas e operatórias) entre estes modelos, sendo estas diferenças particularmente acentuadas na comparação entre o modelo de Wright e os restantes. Efectivamente, constata-se que o modelo adaptado de Goldthorpe e a tipologia ACM são muito semelhantes no que diz respeito à operacionalização das localizações de classe e no poder explicativo.

Consoante o modelo analisado parece existir um enfoque particular num tipo de classe teórica específica ou, melhor ainda, o facto de teoricamente ser dado especial destaque ao lugar nas relações de produção (empregadores/assalariados), ou às relações de autoridade e qualificações profissionais, ou ainda o realce das diferenças de poder entre sectores (e subsectores) de actividade, tal tem por resultado que determinadas localizações surjam “sobre-representadas” consoante o modelo em causa. É o caso do “operariado” na tipologia de Wright, ou da “burguesia” e da “pequena burguesia/lugares contraditórios de classe” na tipologia ACM e de Goldthorpe.

Uma das questões menos consensuais prende-se com o lugar/poder que determinadas fracções de classe detêm nas sociedades contemporâneas (particularmente associadas ao sector terciário, a níveis de qualificação elevados e a funções de gestão por parte de assalariados). É neste sector de análise, nas chamadas “classes médias”, que os modelos encontram maior espaço para inovar a problematização das classes sociais. Esta actualidade (que já não é tão actual) do debate sobre os lugares contraditórios de classe está patente na maior diversidade de propostas para a análise destas fracções, sendo de realçar a proposta de Wright neste trabalho de reconceptualização.

Por último, tentou-se realizar uma aproximação a um teste à pertinência empírica dos modelos. Trata-se de uma aproximação e, portanto, os resultados obtidos não deverão ser entendidos enquanto indicadores últimos da capacidade explicativa destes modelos, mas sim como pistas para um aprofundamento futuro desta análise.

A principal conclusão a reter remete para o facto de todos os modelos, nas diferentes situações analisadas, revelarem relações estatisticamente significativas face aos fenómenos em estudo, não se distinguindo de forma acentuada face à sua pertinência empírica.

Ainda assim, cabe referir algumas questões que permitem ir um pouco mais longe nesta análise.

Por um lado, o modelo de Wright surge como aquele cujas relações com determinadas variáveis revelam ser mais fortes. Trata-se de variáveis que remetem para o interesse no domínio político (“tempo dedicado a ver notícias ou programas acerca de política e assuntos de actualidade na televisão”, “tempo dedicado a ler sobre política e assuntos de actualidade nos jornais” e “grau de interesse pela política”). Por outro lado, a tipologia ACM revela ser o modelo mais adequado para a análise das relações entre a estrutura de classes nacional e um subdomínio político mais centrado nas questões

ideológico-partidárias (“participação nas últimas eleições nacionais” e “posicionamento político esquerda-direita”).

Por sua vez, o modelo de Goldthorpe, apesar de muito semelhante, em termos operatórios, à tipologia ACM, é aquele cujos resultados apontam para uma menor pertinência empírica, algo que poderá estar relacionado com a própria juventude da versão adaptada do modelo ou com a forma como se conseguiu aqui operacionalizá-la. É interessante constatar que estas conclusões não vão ao encontro da perspectiva de Breen e Rottman (1995) que, com base no estudo realizado e em *Social Classes in Modern Britain*, desenvolvido por G. Marshall, defendem que o modelo de Goldthorpe se reveste de maior potencialidade explicativa que o de Wright.

Cabe acrescentar ainda que, apesar de tal não ser aqui realizado, seria também interessante analisar, não só este domínio (político) de forma mais aprofundada (outras variáveis e outro tipo de testes estatísticos mais potentes), como outros, tentando-se assim perceber se existem modelos particularmente adequados a determinadas temáticas/realidades. Será que o modelo com maior capacidade explicativa no domínio das práticas e valores políticos é simultaneamente o modelo com maior capacidade explicativa no domínio das práticas de lazer, dos consumos culturais ou do posicionamento face à imigração, etc.?

Referências bibliográficas

Almeida, João Ferreira de, António Firmino da Costa, e Fernando Luís Machado (1988), “Famílias, estudantes e universidades – painéis de observação sociográfica”, em *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 4, pp. 11-44.

Almeida, João Ferreira de, Fernando Luís Machado, e António Firmino da Costa (2006), “Social classes and values in Europe”, em *Portuguese Journal of Social Science*, vol. 5, nº 2, pp. 95-117.

Breen, Richard, e David B. Rottman (1995), *Class Stratification: A Comparative Perspective*, Hemel Hempstead, Harvester Wheatsheaf.

Cabral, Manuel Villaverde (1998), “Mobilidade social e atitudes de classe em Portugal”, em *Análise Social*, vol. XXXIII, nº 146/147, pp. 381-414.

- Cabral, Manuel Villaverde (2004), “Efeitos de classe? Elites e operariado ante a cidadania numa perspectiva comparativa europeia”, VII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, CES.
- Cabral, Manuel Villaverde (2006), “Class effects and societal effects: elite and working class attitudes towards political citizenship from a European comparative perspective”, em *Portuguese Journal of Social Sciences*, vol. 5 (3), pp. 159-177.
- Costa, António Firmino da, Fernando Luís Machado, e João Ferreira de Almeida (1990), “Estudantes e amigos: trajectórias de classe e redes de sociabilidade”, em *Análise Social*, vol. XXV, nº 105/106, pp. 193-221.
- Costa, António Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro: Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Oeiras, Celta Editora.
- Costa, António Firmino da, Rosário Mauritti, Susana da Cruz Martins, Fernando Luís Machado, e João Ferreira de Almeida (2000), “Classes sociais na Europa”, em *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 34, pp. 9-43.
- Estanque, Elísio (1997), “As classes sociais na sociedade portuguesa: um estudo apoiado no modelo de Erik Olin Wright”, em *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 49, pp. 93-126.
- Estanque, Elísio (2000), *Entre a Fábrica e a Comunidade: Subjectividades e Práticas de Classe no Operariado do Calçado*, Porto, Edições Afrontamento.
- Estanque, Elísio, e José Manuel de Oliveira Mendes (1998), *Classes e Desigualdades Sociais em Portugal*, Porto, Edições Afrontamento.
- Estanque, Elísio, e José Manuel de Oliveira Mendes (1999), “Análise de classes e mobilidade social em Portugal: um breve balanço crítico”, em *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 52/53, pp. 173-198.
- Ferrão, João (1985), “Recomposição social e estruturas regionais de classes”, em *Análise Social*, vol. XXI, n.º 87-88-89, pp. 564-604.
- Goldthorpe, J. H. (1980), *Social Mobility and Class Structure in Modern Britain*, Oxford, Clarendon Press.
- Goldthorpe, John H., e Robert Erikson (1993), *The Constant Flux: A Study of Class Mobility in Industrial Societies*, Oxford, Clarendon Press.
- IEFP (1994), *Classificação Nacional de Profissões – Versão 1994*, Lisboa, Instituto do Emprego e Formação Profissional.
- Leiulfstrud, Håkon, et al. (2005), *Social Classes in Europe – European Social Survey 2002/3*, NTDU Social Research Ltd., Department of Sociology & Political Science –

Norwegian University of Technology and Science (Noruega), Department of Sociology and Social Research – University of Trento (Itália), disponível em:

http://www.europeansocialsurvey.org/index.php?option=com_content&task=view&id=102&Itemid=140

Lima, Pedro, António Pedro Dore, e António Firmino da Costa (1991), “Classificações de profissões nos Censos 91”, em *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 10, pp. 43-66.

Machado, Fernando Luís, António Firmino da Costa, e João Ferreira de Almeida (1989), “Identidades e orientações dos estudantes: classes, convergências, especificidades”, em *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 27/28, pp. 189-209.

Machado, Fernando Luís, António Firmino da Costa, Rosário Mauritti, Susana da Cruz Martins, José Luís Casanova, e João Ferreira de Almeida (2003), “Classes sociais e estudantes universitários: origens, oportunidades e orientações”, em *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 66, pp. 45-80.

Mendes, José Manuel de Oliveira (1997), “Mobilidade social em Portugal: o papel da diferença sexual e das qualificações”, em *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 49, pp. 127-156.

ANEXO 1

Quadro A – Teste à sintaxe da tipologia ACM: 1) comparação entre os resultados obtidos e aqueles obtidos por Almeida *et. al.* (2006) para a base de dados ESS-R1; 2) comparação entre os resultados obtidos no ESS-R1 e no ESS-R3 com a mesma sintaxe da tipologia ACM

	Almeida <i>et al.</i> (2006) ESS-R1 (2002) %	Teste à sintaxe ACM ESS-R1 (2002) %	Sintaxe ACM ESS-R2 (2004) %	Teste à sintaxe ACM ESS-R3 (2006) %
EDL	14,1	14,1	11,6	6,9
PTE	13,2	13,2	13,9	11,1
TI	8,5	8,5	7,7	9,3
AI				
EE	30,5	30,5	36,1	37,0
OA	33,7	33,7	30,7	35,7
AA				

Fonte: European Social Survey – Round 2 (2004). Ponderador Dweight activado.

Quadro B – Teste à sintaxe do modelo Goldthorpe: 1) comparação entre os resultados obtidos e aqueles obtidos por Cabral (2006) para a base de dados ESS-R1; 2) comparação entre os resultados obtidos no ESS-R1 e no ESS-R3 com a mesma sintaxe do modelo Goldthorpe

	Cabral (2006) ESS-R1 (2002) %	Teste à sintaxe de Goldthorpe ESS-R1 (2002) %	Sintaxe de Goldthorpe ESS-R2 (2004) %	Teste à sintaxe de Goldthorpe ESS-R3 (2006) %
B	5,8	5,8	10,4	3,4
NBA	13,9	13,6	14,0	11,3
PBT	11,2	10,3	2,8	5,5
SNM	28,6	30,5	36,1	37,0
TI	5,1	6,1	6,0	7,1
SM	35,4	33,7	30,7	35,7

Fonte: European Social Survey – Round 2 (2004). Ponderador Dweight activado.

Quadro C – Teste à sintaxe do modelo de Wright: 1) comparação entre os resultados obtidos e aqueles obtidos por Leiulfsrud *et al.* (2006) para a base de dados ESS-R1, e por Estanque e Mendes (1998); 2) comparação entre os resultados obtidos no ESS-R2 e no ESS-R3 com a mesma sintaxe do modelo de Wright

	Resultados do inquérito desenvolvido por Estanque e Mendes em 1995 (1998)	Leiulfsrud <i>et al.</i> (2005) ESS-R1 (2002) %	Sintaxe do modelo de W. ESS-R2 (2004) %	Teste à sintaxe do modelo de W. ESS-R3 (2006) %
E	7,9	11,6	6,4	5,4
PB	22,7	18,5	12,9	12,6
G	6,4	5,5	7,0	8,3
S	7,1	6,5	4,7	6,0
TNG	3,6	2,4	1,9	0,9
TSQ	5,8	6,5	7,4	5,7
P	46,5	49,0	59,7	60,9

Fonte: European Social Survey – Round 2 (2004). Ponderador Dweight activado.

ANEXO 2

Quadro D – Correspondências entre o modelo original de Goldthorpe e o modelo adaptado de Cabral (1988 e 2006)

Modelo de Goldthorp (agregação das 11 categorias em 7)	Modelo adaptado (correspondência entre as 6 categorias propostas e as do modelo original)
I + II – <i>service class</i>	I – burguesia
	II – nova burguesia assalariada
IIIa + IIIb – <i>routine non-manual workers</i>	IIIa + IIIb – salariedade não manual
IVa + IVb – <i>petty bourgeoisie</i>	IVa – pequena burguesia tradicional
IVc – <i>farmers</i>	IVb + IVc – trabalhadores independentes
V + VI – <i>skilled workers</i>	V + VI + VIIa + VIIb – salariedade manual
VIIa – <i>non-skilled workers</i>	
VIIb – <i>agricultural labourers</i>	